

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01508.000420/2022-61

## 2. Descrição da necessidade

A Estação Ferroviária de Curitiba/PR, bem classificado como não operacional (NOP), foi valorada e inscrita na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (LPCF) em 19/02/2009, nos termos da Lei nº 11.483/2007 (Processo Iphan nº 01458.002130/2008-37). Além disso, foi cedida provisoriamente pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao Iphan, em 08/05/2012, conforme publicação no Diário Oficial da União (disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=16&data=29/06/2012>).

Após o acautelamento do bem, sua gestão passou ao Iphan e a edificação está ocupada por outras entidades que possuem atividades correlatas com a preservação da memória ferroviária.

Em 27/04/2022, a Superintendência recebeu um e-mail da Urbanização de Curitiba S/A (URBS), informando sobre a queda de algumas telhas tipo calhetão, em fibrocimento. A área da edificação, com danos reparáveis, encontra-se desocupada atualmente.

Desta feita, a futura contratação visa recuperar o telhamento da edificação que, além de manter a integridade física do bem, não incorrerá em possíveis riscos de acidentes envolvendo as pessoas que trabalham nas salas adjacentes ou trafegam no complexo de transporte intermodal da cidade de Curitiba.

Esta ação se alinha a uma das principais missões institucionais do Iphan: assegurar ao bem cultural sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Além disso, a futura contratação também está amparada pelo Art. 216 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o dever de proteção dos bens culturais.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência do Iphan no Paraná	Rosina Coeli Alice Parchen
Divisão Técnica	Anna Eliza Finger

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa a ser CONTRATADA para execução dos serviços deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

A CONTRATADA para execução dos serviços deverá apresentar acervo de capacidade Técnica Operacional da empresa, demonstrando acervo que comprove a execução de serviços de instalação de telhas de fibrocimento autoportantes com vão maior ou igual a 05 (cinco) metros.

A empresa deverá possuir no seu quadro técnico:

Arquiteto e Urbanista que apresente registro válido junto ao CAU e Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CAU, que comprove experiência na execução de serviços instalação de telhas de fibrocimento autoportantes com vão maior ou igual a 05 (cinco) metros.

**ou**

Engenheiro Civil que apresente registro válido junto ao CREA e Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, que comprove experiência na execução de serviços instalação de telhas de fibrocimento autoportantes com vão maior ou igual a 05 (cinco) metros.

Quando o responsável técnico se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, a comprovação do vínculo empregatício será feita mediante a apresentação de cópia do ato constitutivo da empresa ou certidão do CREA/CAU devidamente atualizados.

A futura contratação não possui natureza continuada, por se enquadrar no Art. 6º, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

## **5. Levantamento de Mercado**

O levantamento de custos foi realizado de forma preliminar, utilizando-se a Referência de Preços e Custos da Tabela de Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI de março de 2022, da Caixa Econômica Federal, cotações de mercado e composições de preço, atendendo ao Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013 - Legislação Federal, Acórdão 2622/2013 e outras decisões da corte do Tribunal de Contas da União.

## **6. Descrição da solução como um todo**

Espera-se da empresa contratada que, fiscalizada por um(a) técnico(a) do Iphan, produza os seguintes resultados pretendidos pela Administração:

1. Estimativa da quantidade de telhas a serem substituídas, baseada em vistoria por meio de imagens obtidas por drone;
2. Substituição das telhas danificadas;
3. Relatório fotográfico com a comprovação do serviço executado.

No início da contratação, a empresa deverá apresentar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução da obra devidamente quitada junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra, devidamente quitada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A estimativa da área total para o levantamento/diagnóstico a ser considerada é de 8.183,00 m². A quantificação considerou a área total do prédio da Estação Ferroviária, tendo em vista que, além das telhas quebradas e faltantes do beiral, verificadas visualmente a nível do observador, também deverão ser substituídas as demais telhas danificadas dos locais mais críticos da cobertura. Para a substituição efetivas das telhas foi estimada uma área de 163,00 m².

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 50.000,00

A estimativa do valor da contratação foi realizada utilizando-se a Referência de Preços e Custos da Tabela de Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI de março de 2022, da Caixa Econômica Federal, cotações de mercado e composições de preço. O valor previsto é de R\$ 49.970,21 (quarenta e nove mil novecentos e setenta reais e vinte e um centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A teor do Art. 47, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que viável, o princípio do parcelamento do objeto. Somos do entendimento que tal princípio deve ter como base três fatos: natureza do objeto, economicidade e gestão do objeto.

O objeto em questão tem natureza una e seu parcelamento inviabilizaria a contratação. As parcelas de maior relevância técnica são as seguintes: levantamento da cobertura com utilização de drone (diagnóstico) e substituição das telhas calhetão. Uma vez que uma etapa depende da outra para a execução, o que caracteriza a indissociabilidade, temos que o objeto é indivisível.

Quanto à economicidade, consideramos que o parcelamento acarreta na diminuição do objeto, o que ocasionaria uma redução do interesse de mercado e, conseqüentemente, elevação do valor final da contratação. Ressalta-se que a administração também teria de arcar com os custos fixos operacionais de mais de uma empresa executando o mesmo objeto, trazendo prejuízos ao erário público.

Sobre a gestão, a divisão levaria maiores custos burocráticos com a realização de sua contratação, gerenciamento e fiscalização do objeto.

Por fim, a contratação única é mais célere, o que deve ser priorizado, tendo em vista a situação emergencial a qual o bem se encontra que gera novas patologias à edificação e risco aos usuários do espaço da Rodoferroviária.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está alinhada à atividade naltística do Iphan, que tem como parte de sua missão institucional a promoção da preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural, por meio realização de obras de manutenção e conservação bens acautelados em nível federal.

Programa: 5025 - Cultura - Área Finalística 2022

Ação: 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Fonte: 100 - Recursos Ordinários

Plano Orçamentário: 0003 - Conservação, apoio e fomento do Patrimônio Cultural PTRES: 194914

Código do PI: C20ZH11P030

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação intenciona a recuperação da Estação Ferroviária de Curitiba, Bem valorado como patrimônio cultural ferroviário, em atendimento às atividades finalísticas do Iphan e em cumprimento da missão institucional.

Como primeiro passo para recuperação do bem, que se encontra em estado ruim de conservação, deve-se elaborar uma vistoria por drone em toda a cobertura do prédio da Rodoferroviária, a fim de levantar a quantidade de telhas danificadas, além de identificar os locais mais danificados da cobertura, para subsidiar a execução da obra.

Em posse das informações necessárias para uma posterior execução é possível realizar a obra para que o bem não se deteriore mais.

## 13. Providências a serem Adotadas

Elaboração do Projeto Básico, bem como de todos os documentos necessários e complementares e elaboração do Edital, Designação de presidente e membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e publicação de Portaria.

Por se tratar de contratação de serviços elencado na Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, serão realizadas as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato. Para a primeira etapa - Planejamento da Contratação - serão elaborados os documentos: Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Projeto Básico, conforme determina a IN, além de Relatório Fotográfico e Parecer Técnico. Tais documentos subsidiarão a etapa de Seleção do Fornecedor e, conseqüentemente, Gestão do Contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços de construção civil, retiradas e demolições previstos nesta contratação serão geradores de resíduos sólidos da construção civil (RCC). Esse tipo de resíduo, quando não destinado de forma correta, pode provocar impacto ao meio ambiente e a sociedade.

Sendo o construtor o responsável pela destinação correta dos RCC, para que eles não comprometam o tráfego de pedestres e veículos, não causem entupimento de drenagem urbana ou até provocarem foco de multiplicação de vetores de doenças a saúde, cabe ao Iphan o acompanhamento e fiscalização do descarte de RCC em atendimento à Resolução nº 307, de 05/07/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta contratação é viável na medida em que será realizada por meio de procedimento administrativo vinculado que determinará, por meio do u Projeto Básico, todos os critérios objetivos de seleção da proposta mais vantajosa, utilizando o critério de julgamento menor preço, e com a fiel observância aos princípios da isonomia, da legalidade, da igualdade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, do julgamento objetivo, da probidade administrativa, e demais princípios correlatos.

## 16. Responsáveis

RENATA DOMINGUES SAMPAIO

Técnico I

RACHEL KRUL TESSARI

Arquiteta e urbanista

ERNESTO AMORIN ASSEF

Auxiliar Institucional